

Estoque da dívida começa a ser renegociado

por Claudia Safatle
de Brasília

Encerrado o processo de adesão dos bancos credores ao acordo dos juros atrasados da dívida externa, começa dia 21 próximo a renegociação do estoque da dívida externa, de US\$ 53 bilhões. Segundo informou o ministro da Economia, **Marcílio Marques Moreira**, a este jornal, o negociador oficial da dívida, **Pedro Malan**, levará à reunião do comitê de bancos, em Nova York, um cardápio de opções de redução de dívida levando em consideração as especificidades dos credores. Por exemplo, os bancos norte-americanos têm preferência por mecanismos de redução do estoque da dívida, já os credores europeus preferem redução dos juros da dívida, enquanto os bancos brasileiros no exterior, responsáveis por US\$ 5,5 bilhões do total do estoque, também terão um menu de opções compatível com suas necessidades.

As instituições multilaterais de crédito, como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI), na proposta de renegociação do governo brasileiro, terão dois papéis a desempenhar: de um lado, deverão fornecer recursos para projetos setoriais, para dar garantia aos títulos novos que substituirão a dívida

velha, de outro lado, como o governo brasileiro terá que usar recursos cambiais para pagar os serviços da dívida nova, o ministro quer que tanto BIRD, quanto BID e FMI garantam uma certa soma de recursos para cobrir eventuais necessidades de fechamento do balanço de pagamentos do País.

CRITÉRIOS

Os critérios para a montagem da proposta foram modificados com relação ao conceito de capacidade de pagamento montado pela equipe econômica anterior, que media tal capacidade conforme a geração de superávit primário fiscal do País. Segundo o ministro da Economia, na proposta elaborada por esta gestão, a capacidade de pagamento é medida pelas restrições fiscais e cambiais. "Nós fizemos uma combinação entre ambos", disse o ministro, garantin-

do que a proposta que **Malan** levará ao comitê de bancos será "abrangente, não transitória, e oferecerá uma opção bastante ampla

de instrumentos de engenharia financeira".

Ontem, ao anunciar o encerramento da etapa de acerto dos juros atrasados

— com a adesão de cerca de 400 bancos credores, responsáveis por 95% dos créditos junto ao país (ver box) —, o ministro procu-

rou ressaltar que a rapidez com que essa adesão foi obtida mostrou "que a comunidade financeira internacional está tão empenhada quanto nós para chegarmos à normalização das relações".

CONCORRÊNCIA

Com essa adesão — faltariam ainda uns 200 bancos credores comunicarem a concordância com o acordo, mas eles são responsáveis por apenas 5% dos créditos — o Banco Central deverá desembolsar, entre os dias 19 e 20 de agosto, cerca de US\$ 504 milhões, correspondentes a três parcelas de pagamento do US\$ 1,1 bilhão que terá de ser liberado até dezembro aos bancos credores, como prevê o acordo dos atrasados. Isso significará o pagamento de três tranches de US\$ 168 milhões, relativas a junho, julho e agosto, que estavam aguardando o processo de finalização da adesão. A isso se somam os US\$ 900 milhões já pagos, totalizando, assim, os US\$ 2 bilhões de atrasados que seriam pagos em dinheiro.

Os restantes US\$ 6 bilhões dos juros atrasados serão pagos em bônus de dez anos, que somente serão emitidos quando houver um avanço claro da renegociação do estoque da dívida.

REESTRUTURAÇÃO — O

sistema financeiro nacional precisa de reestruturação urgente, diante da necessidade de internacionalização da economia. A opinião é do diretor de normas do Banco Central (BC), **Gustavo Loyola**, que vê o sistema numa "encruzilhada", enquanto o Congresso Nacional não regulamentar o novo modelo exigido na Lei Complementar nº 192 da Constituição.

Em junho último, existiam no País 172 bancos múltiplos (com um mínimo de duas carteiras), 43 comerciais, 22 de investimento e 47 financeiras.